

OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO
LUIZ GONZAGA BERTELLI
JULIO HOMEM DE SIQUEIRA

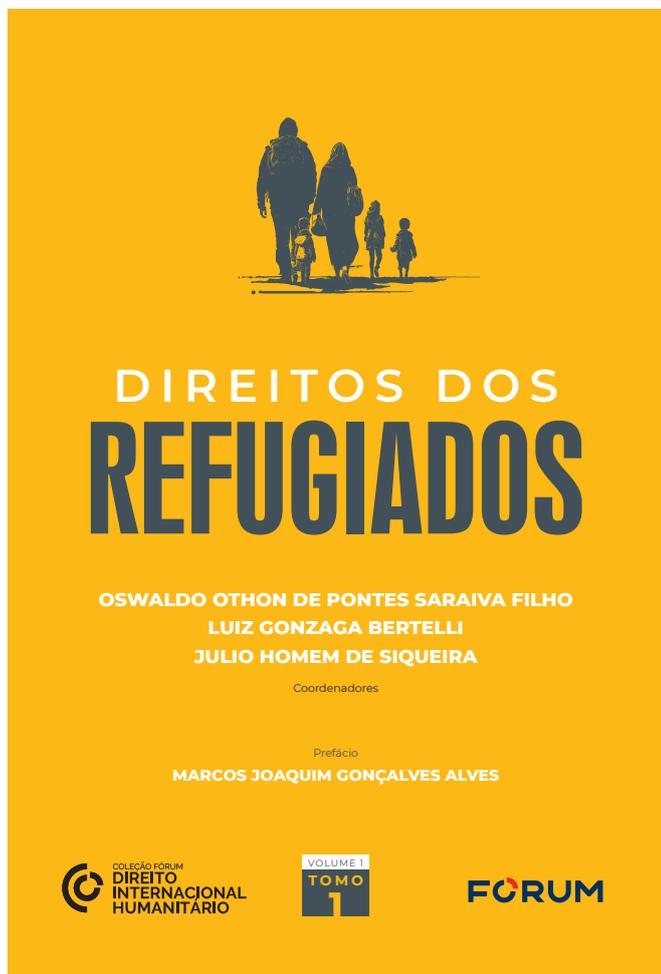
Coordenadores

Marcos Joaquim Gonçalves Alves
Prefácio

DIREITOS DOS REFUGIADOS

TOMO 1

1



Esta obra, em dois volumes, apresenta as dificuldades por que passam os refugiados e estimula medidas no sentido de minorar esse sofrimento, bem como instrumenta a promoção de uma maior vivência humana e jurídica dos direitos dos refugiados, um dos mais atuais e prementes dos direitos humanos.

Traz análises dos direitos dos refugiados por destacados juristas de vários países, de modo que o leitor, operador do Direito e pesquisador, poderá ter uma visão completa e esclarecedora sobre o estado de arte e sobre a vivência desse direito humano fundamental.

É dirigida para os magistrados, advogados, professores universitários, pesquisadores, membros de órgãos e organismos nacionais e internacionais que lidam com os direitos dos refugiados, estudantes e humanistas.

Agradecemos aos renomados juristas que contribuíram com abalizados artigos para o grande êxito desta obra e apresentamos nossas congratulações à Editora Fórum por se manter fiel ao seu desiderato de publicar livros úteis e de ingente qualidade científica.

Área específica

DIREITOS HUMANOS

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITOS HUMANOS, DIREITO À SAÚDE, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO FINANCEIRO, DIREITO CIVIL, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO PÚBLICO, DIREITO TRABALHISTA, SOCIOLOGIA.

Palavras-chave

Refugiados. Emergentes. Asilo, Refúgio.
Direitos humanos.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3178

D598 Direitos dos refugiados / Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho, Luiz Gonzaga Bertelli, Julio Homem de Siqueira. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

373 p. 14,5x21,5 cm – (Coleção Fórum Direito Internacional Humanitário, v. 1, t. 1)

ISBN da coleção: 978-65-5518-645-1

ISBN 978-65-5518-615-4

1. Refugiados. 2. Emergentes. 3. Asilo. 4. Refúgio. 5. Direitos humanos. I. Saraiva Filho, Oswaldo Othon de Pontes. II. Bertelli, Luiz Gonzaga. III. Siqueira, Julio Homem de. IV. Título.

CDD 341.12191

CDU 342.7

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes; BERTELLI, Luiz Gonzaga; SIQUEIRA, Julio Homem de (coord.). *Direitos dos refugiados*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. (Coleção Fórum Direito Internacional Humanitário, v. 1, t. 1). 373 p. ISBN 978-65-5518-615-4.

OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO

Mestre em Direito. Ex-Procurador da Fazenda Nacional de categoria especial (aposentado). Ex-Consultor da União (1996-2015). Professor de Direito Financeiro e de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Acadêmico da União dos Juristas Católicos de São Paulo (AJUCASP). Advogado e parecerista.

LUIZ GONZAGA BERTELLI

Consultor de empresas, advogado, jornalista e professor universitário. Diretor presidente da União dos Juristas Católicos de São Paulo (AJUCASP) e presidente da Academia Paulista de História (APH).

JULIO HOMEM DE SIQUEIRA

Pesquisador júnior no Instituto de Estudos Penais Alimena, Universidade da Calábria (2021-2023). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV. Pesquisador Externo em Grupos de Pesquisa na FDV, UFRN e UEMG. Servidor público federal.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Marcos Joaquim Gonçalves Alves	13
--------------------------------------	----

O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA ASSEGURADO AOS REFUGIADOS

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	17
---	----

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OS REFUGIADOS

Ives Gandra da Silva	55
----------------------------	----

O REFÚGIO NO ESTADO DE DIREITO FRATERNAL

Reynaldo Soares da Fonseca, Marja Mühlbach	63
--	----

1 A migração e o refúgio	63
2 Proteção legal do migrante	66
3 Refúgio no Brasil	69
4 A fraternidade como refúgio	74
5 Considerações finais	77
Referências.....	78

REFUGIADOS NO BRASIL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DE TRATADOS INTERNACIONAIS

Marilene Talarico Martins Rodrigues.....	81
--	----

Introdução	81
A Constituição Federal de 1988.....	82
Os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988	92
Os direitos dos refugiados na ordem internacional e o Direito interno	95
O Brasil e a legislação interna.....	99
Princípios relevantes aos refugiados	104
Cláusulas de inclusão	106
Direitos e deveres do refugiado	106
Conclusões.....	107
Abreviaturas e siglas.....	109
Referências.....	110

AN ANALYSIS OF INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW

Fazila Rassooly Faizi.....	113
----------------------------	-----

International Humanitarian Law	113
Where did international humanitarian law originate?	113
Where is international humanitarian law to be found?	114
Principles of international humanitarian law	114
The essential rules of international humanitarian law	115
Who are protected under the international humanitarian law?	115
When does international humanitarian law apply?.....	115
Non-international armed conflicts	115
What does international humanitarian law cover?	115
What is protection?	116
What restrictions are there on weapons and tactics?	116

THE CAUSES OF MIGRATION

Freshta Amerianey	119
-------------------------	-----

Préface.....	119
The types of migration	120
Migration in terms of time	120
The main causes of migration.....	121
Causes of migration from Afghanistan.....	121
Conclusion.....	126

HUMAN DIGNITY AND THE PROTECTION OF REFUGEE IN ISLAMIC LAW

Hamdama Ahadi.....	129
The meaning of dignity	130
Acquired dignity	132
The study of human rights and asylum in international instruments.....	133
Asylum as a fundamental rights and human rights in international documents and International Law.....	134
Concluding remarks	135

REFUGEES LAW ACCORDING TO THE EUROPEAN UNION

Khatera Naab	137
Introduction	137
Legislation and agency support.....	139
Asylum procedures.....	139
The Asylum Procedures Directive	139
The Asylum Procedure Regulation proposal.....	139
Reception conditions.....	141
The Reception Conditions Directive.....	141
The Directive.....	141
The revised Reception Conditions Directive proposal	141
EASO guidance on reception conditions: operational standards and indicators	142
EASO guidance on reception conditions for unaccompanied children: operational standards and indicators	143
EASO guidance on contingency planning in the context of reception.....	143
Who qualifies for international protection?	143
The Qualification Directive.....	143
The revised Qualification Regulation proposal.....	144
Country responsible for asylum application (Dublin Regulation)	145
Member State responsible for an asylum application - Dublin Regulation.....	145
Main elements of the current Dublin Regulation.....	145
Evaluation of the Dublin III Regulation.....	146
Towards a reform of the CEAS: principle of solidarity and fair sharing of responsibility.....	146
Negotiating new asylum and migration rules	147
Proposing a new Regulation on Asylum and Migration Management	147
Proposing the Crisis and Force <i>Majeure</i> Regulation.....	148
Recast Eurodac Regulation	149
Towards a reform of the Common European Asylum System (CEAS).....	150
Creation of first laws.....	150
First reforms.....	150
New challenges and reforms	150
The qualification regulation.....	151
A recast Reception Conditions Directive.....	152
A reinforced European Union Asylum Agency.....	152
An EU Resettlement Framework	153
Pact on Migration and Asylum	153
Conclusion.....	153
References.....	154

THE OBLIGATIONS OF *NON-REFOULEMENT* UNDER INTERNATIONAL REFUGEE LAW AND INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS LAW

Roberta Costa Carneiro Abdanur, Gulandam Totakhail	155
Introduction	155
The principle of <i>non-refoulement</i> under international refugee law	156
<i>Non-refoulement</i> obligations under international human rights law	158
<i>Non-refoulement</i> of refugees under customary international law	159
The extra-territorial applicability of Article 33(1) of the 1951 Convention	160
Key considerations	161
References	162

THE PROTECTION OF STATELESS PERSONS AND INTERNATIONAL REFUGEE LAW

Roberta Costa Carneiro Abdanur	163
The Concept and Protection of Stateless Persons	163
Statelessness and the Right to a Nationality	164
Key Considerations on Statelessness Response.....	167
References.....	167

THE DIPLOMATIC PROTECTION OF REFUGEES BY THEIR STATE OF ASYLUM. THE ISSUE OF LEGITIMACY TO ACT OF STATES HOSTING UKRAINIAN REFUGEES

Alberta Fabbricotti	169
---------------------------	-----

OPERAÇÃO ACOLHIDA: UM TRATAMENTO MAIS QUE HUMANITÁRIO

Angela Vidal Gandra Martins	185
1 Introdução	185
2 A proposta da Operação Acolhida	186
3 Base legal	187
4 Resultados	188
5 Conclusão	189

DIREITO DOS REFUGIADOS: CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS E MORAIS.

ANÁLISE DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT SOBRE O “DIREITO A TER DIREITOS” E O “PENSAR O QUE ESTAMOS FAZENDO”

Fernanda Burle, Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto	191
I Introdução	191
II Origens do totalitarismo e o “direito a ter direitos” dos apátridas ...	192
III Direito dos refugiados no pós-guerra	197
IV A banalidade do mal e o “pensar o que estamos fazendo”	205
V Conclusão	210
Referências.....	210

DIREITOS E DEVERES DOS REFUGIADOS: O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA FRATERNIDADE COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS (AGENDAS DA ONU 2030/2045)

Lafayette Pozzoli, Rogério Cangussu Dantas Cachichi, Gilmar Siqueira	213
1 Introdução	213
2 A nova lei de migração brasileira: tentativa de integrar refugiados e imigrantes.....	214
3 A fraternidade e a concepção analógica dos direitos humanos	221
4 Possibilidade de coordenação: presença da fraternidade na agenda da ONU de 2045	226
5 Considerações finais	228
Referências.....	229

AN EXERCISE IN DETACHMENT: THE COUNCIL OF EUROPE AND SEXUAL MINORITY ASYLUM CLAIMS

Nuno Ferreira	231
1 Introduction	231
2 Asylum and sexual orientation in the Council of Europe: Resisting the meeting of the roads?	234
3 The sexual minority asylum jurisprudence of the Strasbourg Court ...	239
3.1 A bird’s-eye view	241
3.2 A summary assessment.....	244
4 Exposing the skeletons in the Court’s closet	248
4.1 The threshold for violation of ECHR articles.....	248
4.2 Rules of evidence and assessment of credibility	254
4.3 Intersecting characteristics and socio-cultural factors	256
5 Which way forward for the European sexual minority asylum framework?	259
References.....	261

MAIS UM SANTUÁRIO: DA APLICABILIDADE DAS NORMAS DO ASILO PARA PROTEGER O PERSEGUIDO RELIGIOSO

João Vitor Lozano Jeronymo, Rafael Pangoni	265
Introdução	265
1 O direito à liberdade religiosa: uma norma de <i>jus cogens</i>	267
1.1 Fundamentos da liberdade de religião e consciência	267
1.1.1 Conteúdo do direito à liberdade religiosa	269
1.2 O caráter peremptório da liberdade religiosa	270
2 A universalidade dos direitos humanos e o dever geral de proteção	271
2.1 Os direitos humanos como uma realidade supraconstitucional	272
2.2 O dever <i>erga omnes</i> de proteção à dignidade humana	273
3 Analogia e asilo: uma solução latina	275
3.1 A tecnologia jurídica atual	275
3.2 Analogia: uma solução prática	276
3.3 Objeções e respostas	278
3.3.1 A regionalidade patente do asilo diplomático	278
3.3.2 A discricionariedade da concessão de asilo: uma proteção insuficiente	280
Conclusão	281
Referências	282

REFUGIADOS, UM GRITO DE SOCORRO

Maria Helena Barbosa Campos, Maria Carolina Barbosa Campos Vita	285
Introdução	285
Refúgio e refugiado	286
Refugiados no Brasil	294
Os direitos e deveres dos refugiados	296
Considerações e desafios a serem enfrentados	297
Conclusão	308
Referências	309

O DIREITO AO TRABALHO (NÃO ESCRAVO) COMO RESGATE DA DIGNIDADE DOS REFUGIADOS

Gabriella Alencar Ribeiro	313
Introdução	313
Refugiados x buscadores de asilo	316
Refugiados	317
Legislação brasileira	319
Direito dos refugiados	320
Direito ao trabalho	324
Dificuldades que os refugiados encontram	327
Equiparação ao trabalho escravo	329
Direito ao trabalho (não escravo)	331
Novos avanços	335
Conclusão	337
Referências	338

O DIREITO AO TRABALHO DOS REFUGIADOS POR UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE HUMANA

Roberto Victalino de Brito Filho	341
1 Introdução	341
2 Breve histórico	342
3 O reconhecimento da dignidade no ser humano	343
4 A questão do trabalhador migrante e do refugiado	347
5 Conclusão	349
Referências	350

REFUGIADOS AMBIENTAIS E O PAPEL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTOS SUSTENTÁVEL DA ONU: UM REMÉDIO DE MITIGAÇÃO E DE ADEQUAÇÃO AO PROBLEMA DOS REFUGIADOS NO SÉCULO XXI

Paulo José Leite Farias	353
Introdução	353
1 Agenda 2030 e o contorno jurídico dos refugiados ambientais	354
2 O caso Tuvalu e outros países insulares: necessidade de regulação baseada na solidariedade internacional	362

3	A Declaração de Nova Iorque de 2016: mitigação e adaptação de políticas públicas mundiais para a migração forçada ambiental no contexto dos ODS.....	364
	Conclusão	366
	Referências.....	366
	 SOBRE OS AUTORES.....	 369

Alberta Fabbricotti

Associate professor of Public International Law at the Law Faculty, member of the Teaching Board of the Doctorate in Public, Comparative and International Law, University La Sapienza of Rome. She currently teaches Public International Law within the Bachelor's Programme in Law and Public Management at the Law Faculty and within the Bachelor's Programme in International Cooperation and Development at the Department of Communication and Social Research of La Sapienza University, Rome. *E-mail:* alberta.fabbricotti@uniroma1.it.

Angela Vidal Gandra Martins

Ex-Secretária Nacional da Família. Bacharel em Direito (USP). Mestre em Filosofia do Direito (UFRGS). Doutora em Direito (UFRGS). Visitante e Pesquisadora na Harvard University. Diploma Advanced Management Program IESE. Sócia da Gandra Martins Law Advogados Associados. Professora de Filosofia do Direito e pós-doutoranda na Universidade Mackenzie. Gerente JURÍDICA da FAESP. Presidente do Instituto Ives Gandra de Direito, Filosofia e Economia. Membro da Academia Brasileira de Filosofia e da Academia Paulista de Letras Jurídicas. Membro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO, do CONJUR da FAESP, CONJUR da FIESP e da JUCESP. Membro Board do Political Network for Values. Ex-secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2022). *E-mail:* avidalmartins@gmail.com.

Fazila Rassoly Faizi

Magistrada afegã, residente no Brasil, membro do Instituto SHE e International Association of Women Judges (IAWJ). Graduada em Direito Islâmico na Universidade de Cabul, Afeganistão. Pós-graduada em Educação Judicial da Suprema Corte do Afeganistão e mestre em criminologia pela Universidade Islâmica Azad. Juíza de Direito, atuou na Vara Criminal. *E-mail:* fazila@sheinstitute.org.

Fernanda Burle

Sócia fundadora do MJ Alves e Burle Advogados e Consultores (MJAB). Iniciou sua carreira em Recife nas áreas do Direito Societário e Internacional. Passou por experiências profissionais em Genebra, Santiago do Chile, Washington D.C., Lisboa e Brasília, onde consolidou sua atuação em *advocacy*. É conselheira do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (CESA) e vice-presidente do Comitê de Relações Governamentais e Institucionais da OAB/DF. Especialista em Análise de Políticas Públicas pela The London School of Economics and Political Science (LSE); em Relações Governamentais pelo Insper, College of Europe e George Washington University; em Lobbying e Relações Governamentais – School of Public Affairs, American University; em Direito Empresarial – Pontifícia Universidad Católica de Chile. Possui MBA em Relações Governamentais – Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mestre em Relações Internacionais pelo Institut Universitaire de Hautes Études Internationales (HEI) – Université de Genève. *E-mail:* burle@mjab.adv.br.

Freshta Amenianey

Magistrada afegã, residente no Brasil, membro do Instituto SHE e International Association of Women Judges (IAWJ). Graduada em Direito e Ciências Políticas na Universidade de Cabul, Afeganistão. Pós-graduada em Educação Judicial da Suprema Corte do Afeganistão, juíza de Direito, atuou na Suprema Corte e na Vara da Infância e da Juventude e foi consultora no Norwegian Refugee Council (NRC).

Gabriella Alencar Ribeiro

Advogada. Graduada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Sócia do escritório MJ Alves e Burle Advogados (MJAB). Conselheira seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF). *E-mail:* gabriella.ribeiro@mjab.adv.br.

Gilmar Siqueira

Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Temas de pesquisa: Filosofia do Direito; Filosofia da Lei Natural; Método APAC; Ética; Humanismo Cristão; Direito e Literatura; Direito e Fraternidade; Dignidade da Pessoa Humana. *E-mail:* gilmarsiqueira126@gmail.com.

Gulandam Totakhail

Magistrada afegã, residente no Brasil, membro do Instituto SHE e International Association of Women Judges (IAWJ). Graduada em Direito pela Universidade de Cabul, Afeganistão. Pós-graduada em Educação Judicial da Suprema Corte do Afeganistão, juíza de Direito, atuou na Divisão Militar e na Divisão de Crimes de Segurança Pública em Parwan.

Hamdama Ahadi

Magistrada afegã, residente no Brasil, membro do Instituto SHE e International Association of Women Judges (IAWJ). Graduada em Direito Islâmico, na Universidade de Cabul, Afeganistão. Pós-graduada em Educação Judicial da Suprema Corte do Afeganistão, juíza de Direito, atuou no combate à violência contra a mulher.

Ives Gandra da Silva

Professor emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região.

Professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia). Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Craiova (Romênia) e das PUCs Paraná e RS e catedrático da Universidade do Minho (Portugal). Presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP e ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).
E-mail: igm@gandramartins.adv.br.

João Vitor Lozano Jeronymo

Advogado e membro da UJUCASP. *E-mail*: jvlozanoj@gmail.com.

Khatera Naab

Magistrada afegã, residente no Brasil, membro do Instituto SHE e International Association of Women Judges (IAWJ). Graduada em Direito Islâmico na Universidade de Herat, Afeganistão. Pós-graduada em Educação Judicial da Suprema Corte do Afeganistão e especializada em Direito Comercial. Juíza de Direito, atuou na Suprema Corte e foi conselheira no National Democratic Institute for International Affairs.

Lafayette Pozzoli

Pós-doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela Università "La Sapienza", Itália. Doutor e mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC-SP. Professor na Faculdade de Direito. Foi chefe de gabinete na PUC-SP, coordenador e professor no mestrado em Direito e pró-reitor de pós-graduação, pesquisa e extensão no UNIVEM – Marília – SP. Advogado. Líder do Grupo de Pesquisa – GEDs Direitos Fundamentais à Luz da Doutrina Social – Direito e Fraternidade – PUC-SP. Foi professor assistente no curso de TGD ministrado pelo saudoso Professor André Franco Montoro – pós-graduação PUC-SP. *E-mail*: lafayette@lafayette.pro.br.

Maria Carolina Barbosa Campos Vita

Advogada, especialista em Direito Público, membro da Ujucasp e do IBDR. Catequista Infantil. *E-mail*: ninabcampos@gmail.com.

Maria Helena Barbosa Campos

Advogada, doutora em Direito Canônico. Professora na Faculdade de Direito Canônico São Paulo Apóstolo, palestrante, membro da Ujucasp e do IBDR, catequista infantil. *E-mail*: mhelenabcampos@hotmail.com.

Marilene Talarico Martins Rodrigues

Advogada. Especialista em Direito Tributário pelo Centro de Extensão Universitária – CEU Law School. Membro do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), da Diretoria da Academia Brasileira de Direito Tributário (ABDT), do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ), da União de Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP), do Conselho Superior de Orientação do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário (IBEDAFT). Tem participado de diversos simpósios e debates sobre Direito Tributário com diversos trabalhos publicados. *E-mail*: maritalaric23@gmail.com.

Marja Mühlbach

Analista judiciário do Superior Tribunal de Justiça. Mestre em Direito, Regulação e Políticas Públicas (UnB). Especialista em Direito Público (Faculdades Projecção). *E-mail*: marjamuehlbach@hotmail.com.

Nuno Ferreira

Professor of Law, University of Sussex, England. *E-mail*: n.ferreira@sussex.ac.uk.

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Coordenador e autor de dezenas de livros publicados e mais de três centenas de artigos jurídicos veiculados nas mais importantes revistas jurídicas nacionais e de Portugal. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1983). Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2012). Ex-procurador da Fazenda Nacional de categoria especial (aposentado). Ex-Consultor da União (1996 a 2015). Professor de Direito Financeiro e de Direito Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (desde 2015). Diretor científico e fundador do periódico *Revista Fórum de Direito Tributário* (desde 2003) e membro do Conselho Editorial da Editora Fórum (desde 2003). Tem vastíssima experiência na área do Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Financeiro e Direito Administrativo, destacando-se como parecerista. É acadêmico da União dos Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP) e membro do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativa, Financeiro e Tributário (IBEDAFT). *E-mail*: othonsaraiva.filho@gmail.com.

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto

Advogado, sócio em MJAB. Mestrando em "Regulação e Transformações na Ordem Econômica" pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Conselho Editorial da Revista Fórum de Direito Tributário (RFDT) e revisor da Revista de Direito Setorial e Regulatório (RDSR) do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da UnB. Membro da Comissão de Honorários da OAB/DF para assuntos tributários. *E-mail*: othon.neto@mjab.adv.br.

Paulo José Leite Farias

Pós-doutor pela *Boston University*. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em Direito pela Universidade de Brasília, bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília e em Análise de Sistemas pela Universidade Católica de Brasília. Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, docente do Centro Universitário IESB, da Escola da Magistratura e ex-professor da Universidade de Brasília (UnB). *E-mail*: profpaulo.farias@gmail.com.

Rafael Pangoni

Advogado e mestrando em Filosofia do Direito na PUC-SP. *E-mail*: pangonialves.rafael.filipponi@gmail.com.

Reynaldo Soares da Fonseca

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Professor da Universidade Federal do Maranhão, em exercício na Universidade de Brasília. Professor da UNINOVE. Pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito Constitucional (FADISP). Mestre em Direito Público (PUC-SP). Especialista em Direito Penal e Processual Penal (UnB). Especialista em Direito Constitucional (UFMA/UFSC). *E-mail*: reynaldo.fonseca@stj.jus.br.

Roberta Costa Carneiro Abdanur

IHL and DDR Researcher. Programme Director at SHE Institute. Master in International Law in Armed Conflict. Geneva Academy of International Humanitarian Law and Human Rights. *E-mail*: roberta.costa@graduateinstitute.ch.

Roberto Victalino de Brito Filho

Advogado, mestre em Direito pela Universidade Mackenzie, pós-graduado em Direito Constitucional e Direito do Trabalho, professor universitário. *E-mail*: robertovictalino@gmail.com.

Rogério Cangussu Dantas Cachichi

Doutorando em Direito pela Universidade de Marília (UNIMAR). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM/Fundação), sob a orientação do Prof. Dr. Lafayette Pozzoli e coorientação do Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa (UENP). Graduado em filosofia (UEL). Membro dos grupos de pesquisas: GPCERTOS e Políticas Públicas (UENP), ambos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Organizador do livro e articulista de artigos, dentre outros, Fraternidade e Misericórdia – um olhar a partir da justiça e do amor. Juiz Federal da Subseção Judiciária de Jacarezinho/PR. *E-mail*: rogeriocangussu@gmail.com.